

Romanização: cultura imperial

Norma Musco Mendes

Abstract

The purposes of this paper are two: to discuss the concept of Romanization utilizing the tools of post-colonial theory and to show through the analysis of the Plutarch's biography of Sertorius the images used to idealize and mystify the roman social identity, which were important to the relationship between culture and imperial power.

Este artigo é fruto das conferências proferidas, respectivamente, na 1ª Jornada de História Antiga, Departamento de História da UERJ (agosto de 1998); no VIIIº Ciclo de Debates de História Antiga, Departamento de História / LHIA / IFCS / UFRJ (novembro de 1998) e na Semana de Estudos Clássicos, Departamento de Letras Clássicas, UFF (fevereiro de 1999), durante as quais optei por refletir sobre o conceito de Romanização.

Afastando-nos da idéia de Romanização como uma transferência unilateral de cultura ou como um processo generalizado e homogêneo ocorrendo entre dois sistemas culturais autônomos, um romano e outro indígena, optamos por entender a Romanização como um processo de mudança relacionado com as idéias de controle social e identidade.

Tal orientação alia-se às novas problemáticas de análise suscitadas pela recente aplicação da teoria pós-colonial para o estudo do Império Romano.¹

As condições de formação desta teoria estão ligadas aos movimentos nativistas dos quais emergiram vários países novos independentes e no desenvolvimento do estudo do discurso colonial, ou seja, a análise do poder de representação das imagens e linguagens coloniais produzidos pelo conquistador como um legítimo campo de pesquisa. Este objeto de estudo ganhou força em 1990 com o livro de R. Young — *White Mythologies. Writing History and the West* e se expandiu com os trabalhos de Ed. Said — *Orientalismo*, 1978 —, no qual mostra que o Oriente foi uma

construção do Ocidente e da obra *Cultura e Imperialismo*, 1993.² Neste último Ed. Said se utiliza dos métodos e das perspectivas da literatura comparativa do imperialismo, aplicados principalmente aos romances produzidos na Europa, Oriente e EUA no século XIX, buscando uma conexão entre a cultura e os impérios britânico, francês e americano respectivamente. Defende a hipótese de que o imperialismo moderno desencadeou um processo cultural globalizado entre ocidentais e não-ocidentais tornando-se impossível ignorar ou minimizar a experiência sobreposta de ocidentais e orientais, a interdependência de terrenos culturais, na qual colonizador e colonizado coexistiram e combateram um ao lado do outro por meio de projeções, geografias, narrativas e histórias rivais. Defende, desta forma, a existência de conexão entre o imperialismo e a cultura, na medida em que, entendendo a experiência imperial como um processo ou, a prática política de estabelecer e governar um território distante, a qual é sustentada e, talvez movida, por potentes formações ideológicas.

Isto nos sinaliza para o dilema do mundo de nossa contemporaneidade.

De um lado, a globalização, a ampliação do mundo e a anomia. Os elementos globalizados — (bens de consumo, meios de comunicação, tecnologia e fluxo financeiro) — atuam diretamente nos valores éticos e morais e, logo, orientam a representação do mundo. Globalização significa que, ao invés de pequenas comunidades, parece que assistimos a fundação de uma sociedade mundial sem diversidades.³

Por outro lado, existe o acirramento das nacionalidades, das etnias e o fechamento social em comunidades que se consideram homogêneas.

Portanto, “À medida que o século XX se aproxima de seu fim, cresce em quase todo o mundo uma consciência das linhas *entre* culturas, as divisões e diferenças que não só nos permitem diferenciar as culturas, como também nos habilitam a ver até que ponto as culturas são estruturas de autoridade e participação criadas pelos homens, benévolas no que abrangem, incorporam e validam, menos benévolas no que excluem e rebaixam.

Ed. Said defende ainda que em todas as culturas nacionalmente definidas existe uma aspiração à soberania, à influência e ao predomínio. Longe de serem algo unitário, monolítico ou autônomo, as culturas, na verdade, mais adotam elementos “estrangeiros”, alteridades e diferenças do que excluem conscientemente.⁴

A teoria pós-colonial tem como objetivos básicos explorar a cultura política colonial preocupando-se em criticar o processo pelo qual o conhecimento sobre o outro colonial foi produzido, ou seja, ao analisar o discurso colonial pretende-se “(...) ampliar o campo de sobreposições dos aspectos comuns entre as sociedades metropolitanas e as ex-colonizadas

(...)”.⁵ Logo, as relações de alteridade e identidade somente têm sentido no âmbito da ação social.

Fundamenta-se principalmente na seguinte orientação teórica:

1) articulação das histórias ativas dos povos dominados, incluindo sua capacidade de gerar formas abertas e ocultas de resistência;

2) desconstrução e definição dos modelos binários pelos quais o Ocidente categorizou os *outros*, preocupando-se em afastar-se da dominância do centro na construção do conhecimento. Pela aplicação das técnicas de desconstrução a estas estruturas de dominação e marginalidade, as periferias são de novo levadas para o centro;

3) crítica ao imperialismo da representação: relação entre poder e conhecimento na produção do *outro* colonial. A investigação do poder de representação nas imagens e linguagens coloniais é também conhecida como análise do discurso colonial.⁶

Parece-nos claro, portanto, que todo o instrumental teórico pós-colonial apoia-se na relação entre poder e discurso. Logo, é fundamental o conceito de discurso de M. Foucault e a relação entre poder e cultura desenvolvida por A. Gramsci. Ressaltamos que, apesar da divergência teórica entre ambos, a aproximação entre a teoria do discurso de M. Foucault⁷ e a teoria da ideologia de A. Gramsci vincula-se ao fato de que ambos estudam os elementos constitutivos da hegemonia.

As idéias de M. Foucault sobre as relações de poder numa sociedade de se aliam ao conceito de hegemonia de A. Gramsci, o qual pressupõe que hegemonia é uma negociação assimétrica de poder, levando a uma regra consensual que nem sempre é contestada. Quer dizer, as noções de M. Foucault sobre os níveis de ação, produção e estratégia do poder numa sociedade, não simplesmente ao nível do Estado são coerentes com a tese de Gramsci de que o domínio social envolve o consentimento do subordinado. Na distinção entre a sociedade civil — (afiliações voluntárias e não coercitivas) — e a política (instituições estatais e coercitivas) Gramsci argumenta que a cultura opera nos marcos da sociedade civil, na qual as idéias, instituições e outras pessoas não atuam por meio da dominação e sim do consenso. Há o predomínio de certas formas culturais sobre outras. A forma desta liderança cultural é identificada por ele como hegemonia.⁸

Conclui-se, pois que o imperialismo é um processo da cultura metropolitana que mantém ou não o Império. Neste processo, a ideologia hegemônica embora dominante enfrenta a divergência expressada pelas consideradas subculturas ou pelos atos de protesto. Desta forma, a resistência aberta, oculta, silenciosa é um elemento integral na construção da

hegemonia e do discurso colonial. Assim, no processo de manutenção da hegemonia é fundamental a formação de identidades culturais entendidas não como essencializações mas como conjuntos contrapontuais (cultura imperial e a resistência). Como decodificar esta conexão entre cultura e poder? Como as formas culturais exercem o poder político?

A resposta nos leva a pressupor que todas as culturas tendem a elaborar representações das culturas estrangeiras a fim de melhor dominá-las, ou de alguma forma controlá-las. Mas, nem todas as culturas fazem representações de culturas estrangeiras e de fato as dominam ou controlam. Este é o traço distinto das culturas imperialistas. Logo, impõe-se que o estudo da construção do conhecimento ou das representações ocidentais do mundo não europeu seja, também, uma análise, tanto dessas representações, como do poder político que elas expressam.

Com base neste raciocínio diremos que as representações contidas nas formas culturais enunciam uma “estrutura de atitudes e referências” da cultura imperial.⁹ Entendida como um conjunto de códigos de identificação, referência e distinção geográfica, controle, autoridade, dependência, vantagem, desvantagem, cujo objetivo é sustentar, elaborar, consolidar a prática imperial.

Posto isto, nos perguntamos: Como esta teoria pode auxiliar no desenvolvimento dos estudos sobre o Império Romano?

Em primeiro lugar, possibilita uma reflexão sobre os pressupostos epistemológicos do estudo do Império Romano, os quais foram construídos no contexto histórico do imperialismo moderno. Frente a estes pressupostos qual a idéia que temos de Império Romano?

Podemos responder prontamente que o Império dos romanos foi o período na história durante o qual uma mistura de poder militar, autoridade política, patronage, controle fiscal, atividade mercantil, hegemonia cultural e linguística abarcou um único domínio espacial durante um tempo. Outros podem afirmar que esta totalidade pode ser definida em termos de certas características essenciais ou princípios fundamentais, os quais através de uma estrutura centralizada, celular e concêntrica integrava o centro, províncias, semi-periferias e periferias.

Conceito de Império Romano nos remete a uma questão ontológica.¹⁰ Surgiu como uma forma de conhecimento, um discurso, uma narrativa. Conhecimento entendido não meramente como um simples registro de experiências, mas também como uma forma de autorizar aqueles que o obtêm, possibilitando a compreensão e a ação sobre a experiência. Quer dizer, Império Romano foi um modelo, uma imagem cuja construção foi contaminada pela formação e significado do termo imperialismo, princi-

palmente após a segunda metade do século XIX. A experiência romana foi apropriada pelos discursos ideológicos das potências coloniais, que a utilizaram para justificar e legitimar o direito de conquista, vinculando a ação imperialista da Inglaterra, França, Itália como herdeiras de Roma e como uma forma legítima de disseminar entre os nativos a civilização.

Tal postura ideológica marcou o discurso histórico criando matrizes historiográficas tais como: “direito histórico de Roma à hegemonia se baseia tanto por ser uma civilização intelectual e tecnicamente avançada como por ter uma capacidade superior e dons inerentes a toda uma população, a qual encarna, às vezes, num grande chefe. Os romanos tiveram capacidade de exercer a hegemonia e os vencidos foram legitimamente submetidos a esta dominação, pois eram incapazes de assegurar seu destino histórico” — Th. Mommsen (1874). Ou ainda, os nativos foram plenamente incorporados ao estado romano e se tornaram romanos em pensamento e maneiras — F. Haverfield (1905). Posturas desenvolvidas no contexto histórico do imperialismo Ocidental que lançaram esquemas de análises baseados em abordagens, as quais consideram o Império Romano de “imperialista” no sentido específico que este termo adquiriu desde o final do século XIX.¹¹ Vincula-se a estas abordagens, a lógica de uma Romanização progressista e uniforme, cujo conceito implica na idéia de transferência de cultura, partindo-se do suposto abandono passivo da identidade nativa pela adoção da imagem romana como um ato positivo. A divulgação dos padrões culturais romanos é entendida como sendo mais avançada e mais “progressista” e portanto, quanto mais era adotada pelos nativos maior seria a sua presença. Isto marcou os estudos arqueológicos e as escavações. O conhecimento e a metodologia de análise estavam baseadas na oposição básica entre duas categorias: civilizado e primitivo.

Certamente que as abordagens sobre o Império Romano avançaram muito durante o século XX, em compasso com as transformações do pensamento científico: estruturação de explicações fora dos parâmetros do pensamento humanista clássico e pós-clássico, desenvolvimento da Arqueologia, do diálogo entre a Antropologia, Arqueologia, Etnografia, Psicologia e a História, nascimento de outros pólos de interesse histórico, como por exemplo a história da religião romana, crítica e a revisão das posturas marxistas.

O estudo da experiência imperial romana apresenta muitas dificuldades diante da insuficiência de documentação que represente as motivações variadas tanto no tempo como no espaço da política externa romana, da parcialidade da documentação textual, a qual nos informa sobre uma visão monolítica de “guerra justa” e da “missão civilizadora” de Roma.

Talvez, isto seja uma explicação para o fato de que grande parte das análises sobre a ação imperial romana apresente uma posição centrista (expansão romana e sua motivação). Tendem a construir uma concepção unitária, apresentando justificativas sobre a ação imperialista romana como “defensiva”, “acidental”, “planejamento ofensivo”, “intenção coletiva do Estado para formar um Império”.

Diríamos que grande parte das abordagens apresentam um caráter de certa forma apologetico, pois se constituem em análises silenciosas sobre as percepções daqueles cujas vidas fizeram o Império à margem das condições de produção do conhecimento. Assim, a imagem da ação imperialista romana é descritiva, unilateral mais do que analítica. Muitas vezes, reduz o Império Romano a uma entidade invariada e estática.

A idéia que temos de Império Romano deve ser entendida como uma construção que foi usada para unir, dar simbolicamente sentido e coerência a numerosas experiências. Olhá-lo como uma construção não é negar a sua existência. É entender a forma pela qual esta existência foi criada e reproduzida historicamente. Devemos duvidar que o Império tenha sido sempre uma única realidade, uma totalidade cuja verdade pode ser reduzida a um conjunto básico de princípios organizacionais ou força coercitiva.

Chegamos à segunda contribuição da teoria pós-colonial para os estudos do Império Romano, partindo da seguinte reflexão: se a prática imperial romana, se suas mentalidades revelam um expansionismo congênito,¹² é preciso supor que os agentes de controle e domínio são marcados de uma maneira ou de outra por esta finalidade fundamental. Resta-nos estudar algo que nós fornecerá uma alternativa às análises da prática guerreira e das mentalidades. Temas que nos apontam os elementos formadores, de sustentação e de reprodução do sistema imperial romano e que estimulam o debate na nossa disciplina, tais como: impacto negativo do império; resistência ao império; a estrutura, sistema de valores e cultura das sociedades indígenas; o conceito de poder e a exploração das redes de poder nos diferentes níveis da sociedade romana; o conceito de hegemonia; considerar os aspectos criativos de poder e sua extensão para autorizar os grupos indígenas através da negociação colonial; as paisagens do imperialismo; arte e imperialismo.¹³

Diante disto, a questão da Romanização é vista de forma distinta. Não estamos investigando mais a transformação e transferência de insígnia cultura de um grupo para outro. O significado do encontro/embate de culturas diferentes foi sempre contingente da habilidade dos povos de colocá-la num contexto e então interpretar seu significado. Parte-se do

estudo da experiência imperialista romana, do amplo dinamismo da expansão, exploração e controle e da multiplicidade das experiências locais. As problemáticas estão vinculadas às formas de organização sócio-culturais que por motivação externa refizeram os arranjos institucionais: condições materiais, alocação de recursos, numerosas formas de conhecimento sobre como agir no mundo.

Partiremos das seguintes perguntas: Quais foram os mecanismos que dirigiram o processo de hegemonia, o qual enunciavam uma nova ordem: o ideal de ser romano? Como foi possível para o dominado reconhecer e personalizar este ideal? O que significou neste lugar e nesta época tornar-se romano? Como este ideal foi vivido por diferentes comunidades de povos?

A resposta a estas perguntas obriga-nos a analisar a cultura imperial, através da crítica ao processo pelo qual o conhecimento do *outro* foi produzido e as formas de veiculação dos vetores fundamentais da identidade romana. Neste sentido, se faz necessária a investigação do poder de representação nas linguagens e imagens imperiais, seja pela releitura da documentação literária de gêneros distintos, seja pela análise da cultura material como “textos”, como um forma de dar voz aos nativos.

A sociedade se organizou através das relações “*face a face, do ver e do ouvir*”, produzindo, reproduzindo e criando, durante a sua História, imagens textuais e icônicas, com as quais nomeavam, representavam, narrativizavam e simbolizavam a sociedade e os que nela viviam.¹⁴ Existe, pois uma relação entre a cultura material e relações de poder.

Especialistas como D.J. Mattingly, R. Hingley, P.W.M. Freeman, J.C. Barret, J. Webster e outros, defendem a idéia de que o processo de mudança em muitas comunidades foi muito mais complexo do que aquele descrito pelo modelo tradicional de Romanização, o qual dá maior atenção a homogeneidade do que a variedade no processo de Romanização. Usualmente considera-se que uma vez conquistadas e pacificadas a oposição ao controle romano foi rara e em pequena escala. Esta é a impressão que a documentação textual nos passa: províncias se transformam em pacíficos territórios pró-romanos. O “domínio por consentimento”¹⁵ expressado pela rede de trocas e alianças entre a elite cêntrica e local, a apropriação dos símbolos romanos pela elite local como fator fundamental de reprodução de poder sócio-político não pode ser refutado, pois é um aspecto marcante do processo de manutenção da hegemonia romana. Entretanto, a principal preocupação da teoria pós-colonial é descentralizar Roma e explorar as múltiplas e divergentes experiências ocorridas no Império Romano.

Através dos trabalhos realizados por arqueólogos provenientes de escavações em várias regiões imperiais, podemos dizer que o termo romano para muitos objetos é uma simplificação.¹⁶ O mesmo artefato ou construção pode variar de significado entre indivíduos e comunidades, sendo incorporado de várias formas no contexto social. Portanto, é muito simplista pensar que a adoção da cultura material chamada de romana meramente simboliza o desejo de adotar a identidade social romana. Inexistiu uma cultura imperial monolítica, pois a troca cultural é bilateral e multi-direcional. O processo de adoção é mais complexo, pois deve ser relacionado ao controle social, num contexto de relações entre identidade e alteridade. Os nativos utilizaram os padrões culturais romanos usando-os de acordo com suas aspirações, e estas variavam de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, de província para província.

Torna-se, portanto, necessário afastar-nos dos estudos comparativos sobre as formas de imperialismo para investigarmos os discursos que o tornaram possível. Ou seja, redimensionar o conceito de Romanização como um processo de mudança social amplo, dialético e multifacetado em termos de seus significados. Daí a importância dos estudos regionais, atualmente em pleno desenvolvimento.

Por outro lado, devemos considerar os seus vetores e suportes como fundamentais para a formação da identidade cultural romana. Logo, concordamos com C.R. Whittaker no sentido de que a Romanização é a própria cultura do imperialismo.¹⁷

A reprodução e a transmissão dinâmica no contexto da ação social dos vetores e suportes fundamentais da identidade romana veiculados através dos mecanismos escritos e visuais da Romanização, confundiu-se com a própria prática imperial. O estudo da Romanização deve ser direcionado para traçar e identificar os limites entre o ser e o ideal de ser romano nos distintos espaços de ambiguidades culturais, os quais compunham o Império Romano.

A título de exemplo limitar-me-ei, neste artigo, a analisar a “estrutura de atitudes e referências” contidas na biografia de Plutarco sobre Sertório, a qual projeta um conjunto de imagens polarizadas em torno do confronto/relacionamento entre os romanos e os “outros”.

Plutarco (46/50 — 120) nasceu em Querônéia, onde ocupou várias magistraturas, sendo particularmente favorecido pelos imperadores Trajano e Adriano. Teve a sua formação intelectual em Atenas, consagrando-se como biógrafo e filósofo. Representa, assim, um indivíduo proveniente de uma elite romanizada engajada na cultura imperial. No entanto, manteve sua alteridade/ resistência revelada pela opção de estruturar o seu dis-

curso em grego e não em latim e diante do decidido projeto idiossincrático das Vidas Paralelas, o qual representa uma fase distinta no processo contínuo de negociação cultural que tornou possível a coexistência entre os gregos e romanos.

Conforme propõe R. Lamberton¹⁸ Plutarco não representaria uma visão do relacionamento entre gregos e romanos como aquele da época de Políbio: destino de Roma era consolidar sua posição de centro. A Grécia era repensada como marginal, Delfos era o centro do mundo, mas Roma o centro de poder e era somente em relação ao irresistível crescimento deste poder que a experiência, a interação e a história dos estados gregos podiam encontrar um lugar legítimo. Tal concepção seria compatível com a deferência pela arte e retórica gregas, comprovadas pela Eneida de Virgílio.

Nas Vidas Paralelas Plutarco se distancia da História, até então escrita e concebida, pois a sua narrativa não se norteava pelas práticas do *enargeira / autopsia / ekphrasis / demonstratio*.¹⁹ Plutarco dá novo sentido a *ekphrasis* e aborda um passado longínquo sem ser compilador dos historiadores precedentes. Da comparação descritiva entre os homens ilustres gregos e romanos emerge uma visão do passado grego face a face com o passado romano. Numa perspectiva generalizadora ahistórica, Plutarco reivindica uma equação entre entidades iguais, elevando a Grécia de sua marginalidade: os gregos, principalmente, os atenienses, também, são homens de ação. Reafirma a dignidade da Grécia como uma personificação política e militar e não meramente estética/cultural. Conforme diz R. Lamberton,²⁰ neste segundo momento de Romanização, a Grécia é reinventada.

O projeto de Plutarco não invalida o seu discurso como uma forma cultural que consolida e expressa a autoridade imperial. Recorre à biografia para narrar as mudanças, atos ou ações voluntárias cujo ator é uma determinada pessoa, portadora de caracteres típicos e condicionados no tempo, os quais definem um estado político e cultural.

Ao representar os gregos com os mesmos caracteres dos romanos, insere em pé de igualdade os gregos naquele mundo globalizado pela autoridade romana, lançando as imagens que foram centrais para justificar e alimentar ideologicamente o imperialismo.

Vejamos quais as imagens constituintes da identidade do mundo civilizado (Sertório) em confronto com o mundo bárbaro (lusitanos / iberos / mauritanios). Para tanto, recorreremos à leitura isotópica objetivando isolar as passagens mais significativas, as quais nos reportam aos elementos de significação recorrente, redundante e repetitiva distribuídos pelos três níveis semânticos, a saber: figurativo, temático, axiológico²¹

Nível figurativo que explicita o nível temático:

<p>Nível II — Temático:</p>	<p>I — A Fortuna igualou Sertório a experiência de Metelo, a ousadia de Pompeu, a fortuna de Sila e o poder de Roma, embora fosse um exilado e estrangeiro no comando de bárbaros.</p> <p>Pertencia a uma família de certa proeminência em Nursia, cidade dos sabinos. Era versado nos procedimentos judiciais e adquiriu, ainda jovem, influência em Roma pela sua eloquência. Mas, sua ambição foi canalizada para a guerra.</p> <p>III — Lutou contra os cimbrios e os teutões. Corpo forte acostumado a sacrifícios pelo treinamento. Foi enviado por Mário para espionar o inimigo. Vestiu-se com roupas Célticas, aprendeu sua linguagem, misturando-se com eles. Recebeu prêmio pelo seu valor, tendo realizado muitos feitos os quais demonstraram o seu bom senso e ousadia e foi promovido pelo seu estrategista a posições de honra e confiança. Luta contra os Celtíberos, também, se passando por bárbaro. Sai vitorioso e vendeu muitos bárbaros como escravos.</p>
<p>Romanos — ética civilizatória</p>	<p>IV — Voltou para a Roma e foi nomeado questor da Gália Cispadana num momento de urgência — guerra contra os marsos — 90 a. C mostrou-se mais capaz que seus antecessores (capacidade de recrutamento de tropas, reunir armas, rapidez de atitudes, eficácia, coragem frente aos perigos, realização de bravas façanhas).</p> <p>Perdeu um olho em combate — sinal permanente de seu valor — infortúnio e prova de virtude e coragem.</p> <p>Popularidade reconhecida pelo povo que o recebeu no teatro sob aplausos.</p> <p>V — Sertório, Mário e Cina comandam exércitos contra as tropas de Otávio e Sila. Mario e Cina são aprisionados e sofrem injustiças.</p> <p>VI — Sertório considerando Roma perdida para Sila partiu para a Espanha com o objetivo de ocupar a autoridade e preparar ali um refúgio para seus amigos desgraçados.</p> <p>Encontrou uma juventude florescente em número e idade e revoltada por causa dos desmandos das autoridades romanas na região.</p>

Sertório com a afabilidade atraiu os principais e com o alívio dos tributos atraiu a multidão.

Dominou as cidades pela ação e eficácia mais do que pela benevolência dos bárbaros.

VII — Domínio de Sila em Roma, Sertório foi para África por temer que Sila mandasse uma tropa contra ele e se achava despreparado. Foram atacados por bárbaros e regressaram para a Espanha. Teve de enfrentar os piratas numa batalha naval, tempestades e os perigos do mar.

IX — Os da Cilícia (escravos) foram para a Mauritânia para restituir a Ascalis o trono da Mauritânia. Sertório foi para ajudar aqueles que lutavam contra Ascalis. Sila mandou Paciano ajudar Ascalis. Sertório venceu Ascalis, matou Paciano e ficou com as suas tropas.

X — Foi chamado pelos Lusitanos, os quais através de embaixadores o convidaram para ser seu arconte, pois não tinham ninguém com autoridade para enfrentar o terror dos romanos. Sertório só se torna cruel por ter sido abandonado pela fortuna. Em combate era tão corajoso como os comandantes de sua época. Demonstrava grande habilidade ao assegurar posições vantajosas, nas situações que exigissem uma ação secreta, velocidade, esperteza e até falsidade. Era destemido, sagaz e astuto, premiava com magnificência e castigava com benevolência.

XI — Se torna estratega dos Lusitanos com absoluto poder, submetendo voluntariamente parte da Espanha. Sertório mostra-se dócil e ativo. Recebe de presente uma cerva de um camponês, a qual transformou num presente de Diana para informar-lhe sobre situação militar, vitória, traidores. Chegou a coroa-la e a apresentava como anunciadora das boas novas. Utilizava-a para incentivar a superstição dos bárbaros.

XII — Sertório após dominar todos pela doçura, persuadiu a todos de que não era um estrangeiro, mas havia sido mandado por um deus. Com 2600 homens a quem chamava de romanos, mais um bando heterogêneo de 700 líbios que foram levados por ele para a Lusitânia, mais 4000 Lusitanos armados com escudos e 700 cavaleiros, fez a guerra contra quatro estrategas romanos, com grandes exército — (120 mil infantes, 6000 cavaleiros, 2000 entre arqueiros e

batedores e muitas cidades). Apesar da fraqueza não somente submeteu grandes tribos e tomou muitas cidades mais foi vitorioso sob os estrategos enviados contra ele. Ao próprio Metelo, o grande romano da época que possuía uma altíssima reputação infligiu muitas derrotas e o submeteu a grandes dificuldades, tendo que receber ajuda de Lúcio Manlio e de Pompeu.

XIII — Metelo (proconsul da Espanha) tinha um modo de vida fácil e luxuoso enquanto Sertório estava repleto de vigor e tinha um corpo constituído pela força militar, velocidade e vida ao ar livre. Evita um combate direto com o exército de Metelo, porém como conhecia os caminhos interceptava os alimentos, irritava os soldados ao impedi-los de beber água, de andar e de acampar. Sertório chama Metelo para um combate. Os soldados apoiavam a luta de estratego contra estratego e romano contra romano, mas quando Metelo repelia a idéia era ridicularizado pelos soldados e citava Teofrasto: para um estratego a morte de um estratego e não a de um simples soldado.

Sertório socorre os habitantes de Lacobriga ameaçados por Metelo impedindo que fossem sitiados pela sede.

.XVIII — avanço de Pompeu pelos Pirineus. Muitos pensavam em abandonar Sertório mas mudaram de idéia após o seu sucesso no Laurón ou Laurona., atual Liria (cidade edetana)

XX — Sertório lider dos bárbaros.

XXI — Vitórias de Sertório sobre Metelo e Pompeu.— reconhecimento de sua capacidade militar em Roma, difusão da idéia de que Sertório chegaria em Roma antes de Pompeu.

XXII — Metelo ofereceu recompensas em dinheiro, terra e vantagens pessoais pela morte de Sertório, reconhecendo que o temia e considerando-o um grande lider.

Comparação entre Metelo e Sertorio — Metelo depois de uma vitória sob Sertório foi saudado como Imperator pelos seus soldados e as cidades celebravam sua visita com altares e sacrificios. Aceitava convites para banquetes grandiosos, nos quais usava roupas triunfais e bebia vinho, distribuía troféus e coroas, enquanto um coro de meninos e meninas entoava hinos em sua honra. Os soldados riam dele. A magnitude de Sertório era demonstrada ao criar um Se-

nado com os senadores que fugiam de Roma e se uniam a sua causa, apontando questores e pretores de acordo com os costumes do seu país e ao usar armas, riqueza e cidades dos Íberos sem pretender tirar-lhes o supremo poder, mas selecionando “gerais” romanos e comandantes entre eles, sentindo que estava recuperando a liberdade para os romanos e não fortalecendo os habitantes contra Roma. Amava Roma e queria voltar para casa do exílio. Declarava a Metelo e Pompeu que deporia as armas se pudesse voltar livre para Roma.

Era um homem de vida tranquila, recorreu contra seu desejo às armas e somente a guerra era a defesa de sua pessoa.

XXIII — Mitrídates deseja se unir a Sertório e manda embaixadores. Sertório rejeita as ambições expansionistas de Mitrídates e aceita apenas que ele mantenha o que era seu (Bitínia e Capadócia) e não as áreas conquistadas por Fímbrria.

XXIV — Mitrídates aceita e Sertório envia tropas. Ásia já se levantava contra os romanos, desejando mudar de governo diante da administração de um estrategista como Sertório.

XXV — ciúme de Perpenna em relação a Sertório

XXVI — Sertório demonstra moderação durante o banquete. Conspiração e morte de Sertório no banquete.

XXVII — os espanhóis se entregam a Pompeu e Metelo e outros ficaram com Perpenna, o qual foi morto por Pompeu. Demais conspiradores foram também traídos e outros fugiram para a África e foram mortos pelos mauritânios.

Elementos figurativos que explicitam o nível temático:

Nível Temático:	I — Bárbaros (habitantes da P. Ibérica), gente estranha. III — Cimbrios e teutões — bárbaros. VI — Bárbaros (todos os povos encontrados por Sertório a caminho da Espanha). Subornados por Sertório. Bárbaros desprezíveis.
Sertório	IX — Mauritânios — bárbaros.
X	X — Lusitanos — bárbaros sem experiência militar e chefes que pudessem ser comparados com um estrategista romano.
“o outro”	XI — Eram naturais — viviam no campo, eram caçadores, saqueadores, bárbaros inclinados à superstição. XII — Desempenho militar sem regras e ordem rigorosa. Tática de guerrilha em terrenos acidentados. Tática de fuga veloz como o vento.

Homens que toleravam a fome e estavam acostumados com um gênero de vida que por pouco deixavam o fogo e as tendas. Não tinham nada a perder

XIV — Bárbaros tinham amor por Sertório que os acostumou às armas, à ordem, formação, tirando de suas incursões o ar furioso e terrível. Transforma-os num exército, pois antes eram um rude bando de ladrões, aos de alta linhagem levados para a grande cidade de Osca, envia professores para ensinar o saber/erudição/aprendizado dos gregos e romanos. Ele os educava para assegurar que quando se tornassem homens, seria possível confiar a eles uma participação na administração. Os pais ficavam agradecidos por ver seus filhos usando togas bordadas de púrpura e indo para suas escolas. Sertório examinava-os distribuindo prêmios por mérito e colares de ouro (*bullae*). Aceita o costume do *consecratio* (morrer junto com o comandante) que era comum entre os Ibéricos.

XVI — Sertório tinha um exército numeroso porque todos os povos da região do Rio Ebro assumiram a sua causa, mas ele tinha problemas por causa da sua barbárie e falta de disciplina e autoconfiança excessiva, pois berravam para atacar o inimigo e eram impacientes. Tentava pacificá-los com argumentos, demonstrando e ensinando aos bárbaros que a perseverança era mais eficaz que a violência.

XVII — Domina os caracitanos pela habilidade, povo mais além do Rio Tejo, região montanhosa e alta. Moravam em covas e cavernas das rochas. Povo de difícil conquista pois, fugiam e se escondiam nestas cavernas. Terra cinzenta. Presença de gado.

XX — Sertório encoraja os bárbaros afirmando aos seus chefes que sonhou que a divindade previa para ele Pompeu e Afrânio reúnem “uns”, “aqueles”, “os de Pompeu”, “os de Afrânio” e Sertório reúne sua gente.

Euforização	Disforização
Força; Coragem; Superioridade Romana;	Descendência de Sertório; Fraqueza; Medo;

<p>Nível Axiológico</p>	<p>Capacidade de liderança e governo; Capacidade guerreira do romano e dos outros; Saber, erudição, aprendizado greco-romanos; Capacidade de educar e comandar; Diálogo; Sabedoria; Lealdade, Justiça, Astúcia, Moderação, Prudência, Clemência, Honestidade, Persuasão, Simplicidade; Perseverança; Habilidade; Honra; Vida Urbana; Respeito às leis pátrias; Lealdade à Roma; Poder de Roma.</p>	<p>Traição; Tirania; Insolência; Suborno; Superstição; Ciúmes; Ambição; Práticas alimentares, costumes, tipos de moradia e atividades econômicas dos outros; Experiência e estratégia militar dos outros. Inferioridade dos outros</p>
--------------------------------	---	---

A comparação entre os elementos axiológicos euforizados e disfóricos por Plutarco ao longo do seu discurso nos leva a identificar imagens centrais construídas e veiculadas pelos romanos, as quais forjavam os princípios fundamentais do seu projeto de identidade, das quais destaco:

1. Visão geográfica ontológica entre o mundo greco-romano e a barbárie.

O Imperialismo e a cultura a ele associada afirmam juntos a primazia geográfica e uma ideologia de controle territorial.

Os dois espaços fundamentais que estruturavam o universo mental eram a *Urbs et orbis terrarum*. A *Urbs* é o centro do mundo, o centro da vida social, do prazer, dos templos, da riqueza, do poder. De acordo com Estrabão o *orbis terrarum imperium* tinha duas partes: território organizado pela administração romana que poderia ser ampliado e as *externae gentes*, as quais eram submetidas, mas não anexadas.²³ Conforme afirma F. Hartog²⁴ a atitude clássica perante “o outro” era baseada na diferença. Sua inferioridade era o resultado de uma carência ou de uma inversão do “civilizado”, sem as implicações de desprezo racial. Portanto, havia uma barreira moral entre romanos e “os outros” fundamentada no conceito de *humanitas*, o qual distinguia o homem civilizado do selvagem.²⁵ As fronteiras do mundo romano eram aquelas do “universo civilizado” cercado

por “bárbaros”. Somente a melhor parte da *oikoumene* deveria ser ocupada e organizada, podendo o resto ser incluído na medida em que estava aberto à “missão civilizadora” de Roma e à sua exploração econômica.

2. *Visão de mundo globalizado.*

Romano é projetado como superior, forte, poderoso, capaz, sábio, justo e o *outro*, visto como inferior, subordinado, dominado, incapaz. Tal diferença justifica a presença do dominador ativo, ressaltando o papel dos romanos enquanto defensor de uma ordem, símbolo de uma missão reguladora, normativa, civilizatória em contraposição com a cultura nativa: representação do primitivo, da barbárie. As imagens da barbárie são associadas a um modo particular de ser, o qual se revela ameaçador para a existência dos valores da civilização. É preciso, portanto, empreender um processo civilizador durante o qual os padrões culturais romanos foram dimensionados em símbolos para regular a vida social. As disputas entre os símbolos romanos e nativos são fundamentais para a definição dos projetos sociais.

O ideário de *agere civiliter* impunha limites e modelavam de várias formas a vida pública e privada através de um conjunto multifacetado de dispositivos capazes de veicular e impor a adoção do ideal de ser romano, tais como: educação, remodelação dos ambientes físicos, organização administrativa, instituições, construção de cidades, dos marcos espaciais urbanos e rurais — (estradas, foro, termas, basílicas, teatro, anfiteatro, ruas, mosaicos, pórticos, vilas, estilos decorativos) —, surgimento de novos grupos sociais, etc. As atitudes e práticas imperiais inventam uma tradição e novas imagens, as quais passam a nortear o comportamento. Tratam-se de processos cotidianos de hegemonia ou seja, microfísica do imperialismo.²⁶

Diante do exposto parece-nos possível concluir que Plutarco ao estruturar a Biografia de Sertório eufemiza os vetores e suportes formadores da identidade cultural romana. Seu discurso confundiu-se com a própria prática imperial romana, na medida em que sua veiculação pode ser interpretada como um mecanismo de romanização.

Plutarco pode ser identificado como um “notável”, um agente do poder imperial, pois atua como ideólogo e apologista. Em seu discurso representa o *eu*, os *outros* e as regras de convivência no interior do *impe-rium*, evitando que a transgressão fosse vista como ameaça. Ou seja, que relações são permitidas entre romanos e lusos, como as margens são diluídas, ou se tornam imprecisas? Porque criar um lugar de ambigüidade?

Partimos da hipótese geral de que toda identidade é dinâmica e variável. O processo de mudança e o esforço que se faz para se reconhecer a

continuidade, para se apresentar a necessidade de se pertencer a um grupo básico de identidade, nos indica o estado das relações e representações do *eu/outro* e de integração/ agregação/desagregação.

Devemos lembrar que a identidade é um conjunto de diferenças que através de um processo histórico determinado faz com que as diversas experiências sociais sejam levadas a um determinado centro/simbólico provocando a integração de grupos sociais. Este centro/simbólico é capaz de dar uma aparente unidade e homogeneidade cultural aos diversos grupos em conflitos (cria-se uma ficção de sujeito coletivo). A expansão romana possibilitou a interação cultural entre comunidades de povos em níveis distintos de complexidade social e o discurso imperial romano visava a integração.

Portanto, Plutarco define a ética civilizatória dos romanos, cujo processo de reprodução e transferência dinâmica evidencia os limites do ideal de ser romano em confronto com a alteridade nativa.

Notas

¹ WEBSTER, J. and COOPER, N. (edit) *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives. Leicester Archaeology Monographs* n° 3, University of Leicester, 1996 e MATTINGLY, D.J. (edit) *Dialogues in Roman Imperialism. Journal of Roman Archaeology* 23, 1997.

² SAID, Ed. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.46
SAID, E. W. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³ RAMONET, I. "Pensée unique et régimes globalitaires". In: *Glocalização: o fato e o mito*. Seminário Internacional; Programa Universitário de Estudos Estratégicos UERJ/UFRJ, 13,14 e 15 Abril, Rio de Janeiro, 1998, pp.33-49.

⁴ SAID, Ed. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 46

⁵ Idem, p.50.

⁶ Idem p.7.

⁷ As contribuições de M. Foucault para a teoria pós-colonial vinculam-se as suas observações sobre a relação entre conhecimento/ saber/ épistémè/ formações discursivas existentes em todos os níveis na sociedade e poder, o qual não existe num único e determinado lugar, mas num feixe de relações. Poder não é somente um fator negativo e repressivo na sociedade. O poder imperial (poder que diz não) entrou em conflito tanto com a resistência aberta como também com o "poder fazer" dos indígenas. Parte-se do princípio de que os agentes desta relação de poder são aqueles que resistem ativamente, aqueles que negociam e que procuram uma medida de acomodação com o grupo dominante sendo capaz de ser autorizada no processo das relações sociais.

- ⁸ SAID, *Orientalismo*, p.18, Portelli, p.22.
- ⁹ SAID, E. *Cultura e Imperialismo* p.88 ss
- ¹⁰ BARRET, J.C. Romanization: a critical comment In: MATTINGLY, D.J. (edit) *Dialogues in Roman Imperialism. Journal of Roman Archaeology* 23, 1997.
- ¹¹ Vide Schmidt, H. dan Imperialismo. In: KERNIG, C.D. (org.) *Marxismo y Democracia*. Madrid: Ed. Rioduero, 1975.
- ¹² HARRIS, W.V. Op. Cit.
- ¹³ MATTINGLY, D.J. (edit) Introduction. In: *Dialogues in Roman Imperialism. Journal of Roman Archaeology* 23, 1997 p.9ss.
- ¹⁴ COULET, Corine. *Communiquer en Grèce Ancienne: Écrits, Discours, Information, Voyages*. Paris: Belles Lettres, 1996.
- ¹⁵ Vide GARNSEY, P. & Saller, R. *The Roman Empire — Economy, Society and Culture*. London: Duckworth, 1987.
- ¹⁶ Vide HINGLEY, R. Resistance and domination. In: MATTINGLY, D.J. *Dialogues in Roman Imperialism. Journal of Roman Archaeology*, 23. 1997.
- ¹⁷ WHITTAKER, C.R. *Imperialism and culture: the Roman initiative*, In: p.149.
- ¹⁸ LAMBERTON, Robert. Plutarch and the Romanizations of Athens. In: HOFF, M. and ROTROFF, S. *The Romanization of Athens*. London: Oxbow, 1997.
- ¹⁹ *Enargeia* significa aquilo que é claro, paupável, nítido, que tem a impressão de vida, de garantia de verdade, confiança ; *ekphrasis* se refere à descrição, impressão da vida, fornece a verdade, faz do leitor ou ouvinte um espectador; *autopsia* significa aquele que viu o que diz, a visão direta pela ação do estilo. Vide GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991, p.215ss.
- ²⁰ LAMBERTON, R. Op. Cit. p.154.
- ²¹ CARDOSO, Ciro F. *Narrativa, Sentido, História*. São Paulo: Papirus, 1997.
- ²² Traduções utilizadas: PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Madrid: Aguilar Ediciones, 1973 e *Plutarch's Lives*, with an english translation by Bernadotte Perrin, Harvard University Press, 1989.
- ²³ *Cosmographia*, 2.5.8 Apud WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire*. A social and economic study. London: Johns Hopkins University Press, 1994. p.12 ss
- ²⁴ HARTOG, F. *The mirror of Herodotus*. University of California Press, Berkeley, 1988.
- ²⁵ VEYNE, P. Humanitas: Romanos e não Romanos. In: GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. p.283.
- ²⁶ Idem, p.150 ss.